

CARANDINI, A.; SETTIS, S. *Schiavi e Padroni nell'Etruria Romana*. La villa di Settefinestre dallo scavo alla mostra. Bari, De Donato, 1979. A. Carandini, Introduzione: 13-20; 30.

CARANDINI, A.; SETTIS, S. *Escravos e Senhores na Etrúria Romana*. A vila de Settefinestre da escavação à exposição. Bari, De Donato, 1979. A. Carandini, Introdução: 15-20; 30. Tradução: Maria Isabel D'Agostino Fleming.

A. *Separação e consciência*

Dir-se-ia que a consciência cresce por traumas. Enquanto o camponês e o artesão concebiam a própria terra e os utensílios do próprio trabalho quase como membros do próprio corpo, resistiram e talvez lutaram contra a violência, mas não adquiriram nunca plena consciência da exploração a que eram submetidos pelos mais fortes. Só quando a potência desenraizadora do capital despiu-os integralmente de qualquer meio seu de trabalho e os reduziu ao estado de operários assalariados – isto é, quando foram forçados a transformar-se e unir-se na classe do proletariado – só então esses atingiram finalmente a consciência precisa de seu lugar na máquina social.

Essa expropriação no campo do trabalho – que na Itália cumpriu-se só recentemente, na geração do “milagre econômico” – foi acompanhada de outras, não menos decisivas: a separação das cidades, dos objetos, dos ritos, das memórias, das famílias. Também essas lacerações levaram a traumas e a novas possibilidades de conhecimento.

O capital industrial teme este crescimento difuso de saber, que vai além da figura do assalariado e dos muros da fábrica – além da economia – e encontra jovens e mulheres, classes diversas de gente que trabalha, cidades e campos: enfim, permeia os universos humanos, territoriais e dos objetos de um inteiro país. Diques potentes foram erigidos para bloquear esta fuga de ciência. São os meios da distração, que procuram canalizar as curiosidades dos cidadãos dentro dos circuitos malsãos e fechados das comunicações de massa e dos estádios (os anfiteatros de nosso tempo).

Mas ao lado dos meios da *distração* se desenvolvem, com vigor particular, exatamente nesses anos, os meios da *atenção*. Esses tendem a romper aqueles circuitos fechados e a abrir as portas para a descoberta dos males sociais. Males que vêm dos mortos, da cultura aristocrático-camponesa (das ruínas do feudalismo, os partidos conservadores trazem a linfa mais escura) e males que vêm dos vivos, da cultura de massa capitalista (da desambientação e da massificação, os próprios partidos do bloco social dominante trazem diretamente a sua força). Males das sobrevivências absurdas e dos atrasos formidáveis (na unificação nacional e no cumprimento da revolução industrial). Males de um capitalismo em ruínas, que sucede um capitalismo imaturo.

Mas é talvez do absurdo de não ter tido tempo para experimentar um capitalismo maduro e da sobrevivência anacrônica de modos de vida mais antigos, que deriva, além das nossas misérias, também alguma nossa grandeza. Qual povo do ocidente capitalista é menos satisfeito pela droga capitalista que vem

quotidianamente ministrada do que o italiano? Qual o mais consciente da sua história? Por entre os obstáculos do idealismo, do gramscismo (a leitura idealista de Gramsci), do esteticismo e do aristocratismo, abre caminho uma cultura mais europeia, materialista e crítica: a cultura democrática de massa. É uma conquista progressiva, nunca atingida para sempre e continuamente submetida ao fascínio discreto das mercadorias e dos fetiches difusos capilarmente a partir das centrais da cultura capitalista de massa.

Ao lado da aversão pelos valores do nosso patrimônio cultural e da procura do seu engajamento privado, se desenvolve um desejo profundo de conhecer até o fundo e por inteiro o nosso passado, nos seus diversos mundos, e o nosso espaço, nas suas diversas vocações. Surgem grupos e movimentos de proteção dos bens culturais e ambientais, deixados à deriva pelas instituições oficiais. O capitalismo é inimigo do conhecimento histórico realista (não idealizado) e das diversas qualidades do território, de fato, reduzido por ele a abstração, tempo de percurso e valor de troca. Nos precipitamos, fechados em velozes meios de transporte, ao longo de estradas diretas e dispendiosas e acabamos por ignorar o que está além do limite da pista, da linha, do canal: isto é, a maior parte do país. “Por favor, sabe dizer-me onde fica...”, “não sei”. Visitamos países estrangeiros, mesmo exóticos, mas não sabemos o nome da rua atrás de casa.

O que fizeram os partidos até agora, os sindicatos e as instituições para prevenir esta doença de estranhamento? Pouquíssimo. Por um limite de economicismo, por uma atenção excessiva para a produção e o poder, e mínima para a reprodução, para a vida: em todos os seus aspectos, mesmo os banais.

Não se trata de jogar fora todo o arsenal da distração consumista, para retornar aos mundos perdidos, em que o homem dominava o seu patrimônio de conhecimentos e de coisas, talvez limitado mas ordenado. Trata-se de utilizar os meios da exploração para a emancipação e a liberação. Nem os espetáculos do capital conseguem cancelar da memória e do instinto o vazio deixado pelas separações, pelas expropriações. O caminho para a re-apropriação leva a preencher com a consciência crítica da história e da ciência o vácuo causado pela ruína de um capitalismo selvagem: pré-condições de qualquer futura recomposição humana. A única vantagem que não deve ser perdida – a única beleza que o capitalismo traz consigo, uma vez cumprida a sua obra de laceração, vulgarização e poluição – se encontra no conhecimento morfológico e concreto das relações humanas e do ambiente, sobre o qual se funda a vida humana. Qualquer revolução anti-capitalista que bloqueie a informação, que crie obstáculos a esta difusão da consciência, a esta re-apropriação histórico-ambiental de massa, é um retrocesso ou uma trágica ilusão em relação às perspectivas abertas pelas próprias contradições do capitalismo, mas também de todas as outras formas passadas de dependência.

B. *História e Arqueologia*

Trata-se de empenhar-se nesta luta, mesmo produzindo história à altura do industrialismo ocidental, isto é no nível crítico que este modo de produzir, seu malgrado comporta. Isto é, fazendo de uma produção histórica “ampliada” uma alavanca para a liberação dos povos de seu passado (não se é liberado daquilo que

foi destruído ou, de qualquer forma, esquecido). Vemos, assim, a História não como instrumento para reproduzir o velho como se fosse o novo ou para dar ao velho de hoje a legitimação do velho de uma época, mas, ao invés, como vacina para ele libertar-se de seus males. ... Trata-se de uma história construída não somente por poucos profissionais, mas, em diversos níveis, por muitos cidadãos. Uma história da escritura, mas também da memória fossilizada no território; de fatos admiráveis, mas também daqueles comuns; da cultura figurativa, mas também daquela material. História, em suma, de tudo, de todos, para todos.

Entre os operadores culturais que podem contribuir para derrubar os velhos modos idealistas e seletivos de fazer história, estão certamente também os arqueólogos que, não se fiando em cópias e relatos, vão à pesquisa dos produtos originais do Homem que se conservaram sob a terra.

Neste sentido, a Arqueologia é a ciência histórico-social que, não podendo interrogar os vivos volta-se, ao invés, para os territórios, os monumentos, os objetos (da mais remota pré-história à Revolução Industrial). Dos “sintomas” que podem ser colhidos nos materiais, ela procura reconstruir a vida daqueles que os produziram e utilizaram. O procedimento é por alguns aspectos análogo ao do investigador, que procura identificar o assassino a partir dos “sintomas” recuperáveis num apartamento habitado somente por um cadáver; ou então também àquele do médico, que dos “sintomas” do paciente procura chegar à sua doença. Por outro lado, da própria necessidade de indagar através dos materiais – por causa da morte dos atores humanos – o pesquisador arqueólogo relembra continuamente aos vivos a importância prática e cultural dos materiais na vida dos indivíduos e das nações. O Homem e a sociedade não são nunca apenas eles mesmos em relação com outros indivíduos e povos, mas também eles mesmos em relação com estruturas, móveis, instrumentos, mercadorias e víveres, que os circundam como um útero. O Homem é, portanto, um amálgama de coisas animadas e inanimadas. A morte das primeiras não comporta o desaparecimento das segundas. Das segundas podemos de alguma maneira, recuperar as primeiras. O Homem é, pois, não somente a sua humanidade, mas também a sua materialidade. Esta é a descoberta histórica da nossa época, a primeira a ter mostrado a potência das coisas em que o Homem está imerso. O capital industrial não é por acaso também força de meios e de mercadorias? Uma vida social livre e justa deverá, portanto, comportar não só o controle coletivo sobre as relações humanas, mas também sobre as relações com os materiais, isto é, o governo de todos os recursos histórico-naturais. Liberação, portanto, da dependência das pessoas, mas também das coisas (Carandini 1979).

Neste sentido, e por absurdo, o arqueólogo, hábil no tratar com os objetos, está particularmente adaptado a recordar-nos este aspecto da nossa luta, a insistir sobre a necessidade de dominar novamente e em comum o ambiente e os produtos: se é verdade que o inanimado é o “sintoma” do animado. Isto explica a presença do arqueólogo nas sociedades modernas mais diversas: da Inglaterra vitoriana à China comunista. É de fato o arqueólogo que pode descobrir, para as sociedades presentes, o que as sociedades defuntas quiseram esconder. Nisto semelhante ao psicanalista que escava, para devolver à consciência, o que estava sepulto nos estratos profundos da existência pessoal.

C. *Arqueologias*

Se não tomamos aqui em consideração o arqueólogo (historiador da arte) que se interessa, sobretudo, pelas linguagens formais e, portanto, seletivamente, pelas obras nas quais essas se manifestam com maior eficácia, são dois os modos de praticar a Arqueologia: diversos, mas igualmente importantes.

1. São infundáveis as ruínas e manufaturas das sociedades passadas que se conservam no campo, nas cidades, e nos museus. Vieram à luz pela operosidade e curiosidade das diversas gerações que se sucederam frequentemente sem interrupção no mesmo território, da pré-história até hoje: o caso de Roma é emblemático. Esses membros esparsos, agora guardados, às vezes amontoados nos depósitos dos museus – de qualquer maneira irreversivelmente arrancados de seus contextos originais – aguardam a inteligência atributiva do arqueólogo – do conhecedor antiquário (no melhor sentido do termo) – que está em condições de tornar a dar-lhes um sentido social e um respiro histórico, através de seus conhecimentos interdisciplinares (da onomástica¹ à prosopografia,² da epigrafia³ à numismática,⁴ da história da arte à da arquitetura, da filosofia à topografia). Trata-se de um trabalho paciente de recoser e remendar, de combinações sábias e geniais, de recuperação. Trata-se de reinventar, por assim dizer, um contexto, um significado geral, para muros desabados e bugigangas empoeiradas, que, de outra forma, poderiam interessar no máximo ao erudito ou ao negociante. Protagonistas desta obra fundamental de resgate científico – a maior parte dos materiais de que dispomos está, como já se disse, “fora de contexto” – são os arqueólogos que escavam entre as coisas mal escavadas e que tornam a tecer a trama original que outrora as ligava diretamente.

2. Há ainda um outro gênero de arqueólogo que exerce diversamente o próprio mister. Mais do que à recomposição de materiais esporádicos já escavados, ele se dedica ao território. Desce a campo, recorre diretamente à matéria-prima, isto é, aos contextos passados que permaneceram intactos. Aqui não se trata tanto – para dizer metaforicamente – de reconstruir a hipotética fisionomia do defunto partindo da estrutura óssea (como no primeiro modo de praticar a Arqueologia), mas de escavar o esqueleto tendo em conta também quanto resta dos tecidos, de modo que não a erudição, mas um delicado processo científico-experimental permita restituir a fisionomia original do defunto. Se os esqueletos do território são as construções humanas e os estratos arqueológicos são os seus tecidos, é necessário que o arqueólogo, ao praticar o seu corte indagador no solo, desmonte a realidade que vem redescobrendo segundo a lógica da própria anatomia: quase como se fosse um cirurgião que opera a terra. Ele deve para isso valer-se de habilidades manuais e técnicas particulares se quer chegar a descobrir as mais íntimas conexões que ligam num sistema orgânico as diversas estruturas emergentes da sua escavação. E isto, quase à procura da árvore genealógica das ações humanas que se sucederam no tempo e naquela porção de espaço. A escavação que desenterra, ao invés, corta inexoravelmente e esmaga aqueles tecidos (os estratos), a fim de mais facilmente

¹ Estudo e investigação da etimologia, transformações, morfologia etc. dos nomes próprios de pessoas e lugares.

² Descrição das feições do rosto, esboço de uma figura.

³ Parte da paleografia que estuda as inscrições, isto é, sobre materiais duráveis: pedra, metal, argila, cera etc.

⁴ Estudo de moedas.

liberá-los dos ossos (as estruturas). Mas assim fazendo, ela devolve à luz membros desconexos, não organismos. É a Arqueologia como caça à informação fácil, ao tesouro. É a Arqueologia como, infelizmente, é na maior parte das vezes ainda praticada no Mediterrâneo, que chega a destruir inteiros contextos para recuperar materiais, encher vitrines de museus e fornecer uma massa enorme de trabalho aos arqueólogos do primeiro tipo. A escavação estratigráfica segue, ao contrário, “processos empíricos controlados”, técnicas e, portanto, regras, a fim de re-inserir no contexto da vida presente contextos de vida fossilizados. O arqueólogo-cirurgião opera também como se quisesse fazer “reviver” uma flor desidratada, re-imersando-a na água para tornar a dar-lhe corpo e cor.

O Homem abandona por vezes porções do seu mundo, que improvisamente ou lentamente se depositam naquele “museu natural” que é a terra. Pensemos nas vilas medievais abandonadas ou nas cidades destruídas do Terceiro Reich. Neste sepultamento, muitos materiais morrem, muitas dimensões se reduzem, muitas substâncias se alteram, mas essas transformações se produzem segundo linhas de tendência coerentes, que não infringem nunca, por assim dizer, a harmonia e a organicidade constitutiva do conjunto originário. O arqueólogo-cirurgião não pode deixar de destruir escavando, se quer materialmente atingir este “museu natural” que se conserva sob seus pés, mas pode fazê-lo sem perturbar a estrutura primitiva (o que de mais precioso nos resta da vida passada) e documentando fielmente a sua operação nas suas anotações, nos seus desenhos, nas suas fotografias. A edição científica da escavação deverá, portanto, reproduzir especularmente (isomorficamente) a anatomia do organismo irreversivelmente exumado. Existem, então, porções de história que podem ser, a um certo momento, excluídas do contexto da sociedade, que se convertem em estratificações (no “museu natural”) e que podem, sempre através da escavação estratigráfica, ser reconduzidas ao contexto da vida atual (no “museu social”): a escavação estratigráfica aparece então como um modo para traduzir uma sociedade em outra. É verdade que alguns monumentos do passado nunca saem fora do contexto da vida, porque são respeitados e continuamente usados (pense-se em algumas igrejas). Nesse caso, a escavação não se aplica, no máximo cabe aquele outro gênero de escavação que é o restauro. Para o resto, a escavação estratigráfica se revela absolutamente indispensável, sendo a única que consegue conservar teoricamente intactas as potencialidades informativas contidas nos contextos documentários. Nesse sentido, a escavação pode considerar-se como um processo que transforma os achados em comunicação histórica. Comunicação que pode certamente servir para explicar e ilustrar também outros tipos de evidência (por exemplo literária), mas que deve explicar antes de tudo aqueles achados, a sua lógica interna, o seu íntimo significado. Neste sentido, a compreensão dos materiais é tarefa imprescindível do arqueólogo.

Mas também o contexto micro-histórico indagado em uma escavação, por sua vez, deve ser inserido num contexto territorial mais vasto, assim como esse emerge da análise de superfície daquele estrato em formação que é o *humus*: o terreno sobre o qual nos movemos. Nesse, os mundos fossilizados do passado se soldam às atividades humanas atuais. O *humus* é, pois, o limite entre a vida e a morte, onde começa, portanto, o reino do arqueólogo. Também para estudar sistematicamente o rosto do território são necessários conhecimentos particulares. Poder-se-ia dizer que se a escavação é a operação cirúrgica do território, a topografia histórica constitui o seu exame clínico.

Os dados provenientes da escavação e da pesquisa topográfica das ocupações humanas devem fundir-se num certo momento àqueles provenientes das evidências fora do contexto. Os resultados dos dois modos de praticar a Arqueologia – aqui distintos por

razões de comodidade – devem no final recompor-se. **Nesse sentido, a Arqueologia, mesmo valendo-se de métodos diversos, é uma ciência unitária. Esta mira, de fato, um único fim: a reconstrução de sistemas sociais desaparecidos.**

Existem na Itália bons historiadores da arte antiga. De categoria notável é também a escola histórico-antiquária (o primeiro modo de praticar a Arqueologia). Extremamente atrasado é, no entanto, o modo de desenvolver as pesquisas no campo (o segundo modo de praticar a Arqueologia). Para progredir também neste setor do trabalho arqueológico, há muito que aprender das Arqueologias europeias (da Polônia à Inglaterra). Nesses países, a Arqueologia pré-histórica, proto-histórica e provincial desenvolveu técnicas de pesquisas muito avançadas, na maioria ignoradas por nós. ... Não há, de fato, possível progresso interdisciplinar na Arqueologia se este não é acompanhado por um progresso também disciplinar em todos os campos.

* * *

F. Os problemas históricos

Uma escavação que não seja devido a necessidades de tutela imediatas deve partir de um problema histórico. Entretanto, não se pode pensar em uma ligação imediata entre o problema histórico e a anatomia da porção do território escolhida previamente. Assim, se recairia fatalmente na caça à notícia ou à obra de valor e se retornaria a compreender a arqueologia como auxiliar da história. De fato, se parte sempre de um problema, que acende o processo científico, mas depois, uma vez no campo, são os restos materiais emergentes do território que ditam a lei da pesquisa, até reformular ou até mesmo modificar, por retroação, o mesmo problema de partida. Um excesso de interdisciplinaridade preventiva – um não saber distinguir entre os diversos problemas de fontes e entre suas várias técnicas e filologias – corre o risco de levar a uma pesquisa finalizada de forma apriorística demais. Deste modo, o universo do escrito acaba por comandar aquele das coisas, que, ao invés, tem a sua lógica e deve também poder viver, talvez apenas por um momento, sua vida própria. Existe a colaboração entre os diversos saberes, mas existem também os saberes isolados. A boa colaboração exalta, não deprime as capacidades produtivas das disciplinas isoladas, cujas diversas naturezas e estados de desenvolvimento não podem ser reduzidos a um único denominador comum. A arqueologia, no final das contas, deve não só saber responder a questões formuladas por outras tradições de conhecimento, mas também desenvolver as próprias potencialidades internas, inventar novos problemas e dar a esses uma resposta sua. Isto é, a arqueologia deve saber ilustrar a si mesma, antes daquilo que é diferente de si. Neste sentido, não há fonte que se reveste de maior autoridade, que é “antes”, isto é, que detém o monopólio das questões. A validade de uma nascente de informações não está tanto na sua origem, no seu *pedigree* – visto que cada fonte pode induzir ao erro – mas somente no seu grau de resistência à crítica e ao controle. É, portanto, o confronto entre as diversas fontes – mais do que a subordinação hierárquica de uma em relação à outra – que aproxima mais a pesquisa histórica da verossimilhança histórica. Em particular, a arqueologia parece tanto mais válida quanto mais consegue criar novos e surpreendentes “efeitos” históricos, que dão – além da certeza fechada oferecida pelo *corpus* das fontes literárias – a mistura da infinita variedade do real (portanto, também da nossa infinita ignorância).